

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

Aplicação: 7/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

A decisão adotada pelo TCE/RJ foi definitiva, uma vez que julgou irregulares as contas do gestor, conforme o art. 16 da Lei Orgânica do TCE/RJ (LOTCE/RJ).

O gestor pode opor embargos de declaração, no prazo de 30 dias, para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida. Nessa hipótese, os embargos serão recebidos com efeito suspensivo para o cumprimento da decisão, bem como para interposição de recurso de reconsideração, nos termos do art. 71 da LOTCE/RJ.

Caso a intenção do gestor seja modificar a decisão recorrida, ele deverá interpor recurso de reconsideração, também no prazo de 30 dias, a ser recebido também com efeito suspensivo para cumprimento da deliberação, consoante o art. 70 da LOTCE/RJ.

Outro recurso cabível é o de revisão, mas este somente poderia ser admitido se fossem cumpridos os requisitos específicos que recaem sobre essa espécie recursal e se já tivesse havido o trânsito em julgado da decisão. Esse recurso pode ser interposto em até 5 anos e não será recebido com efeito suspensivo, conforme o disposto no art. 73 da LOTCERJ.

Os prazos são contados em dias corridos, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último dia. Em obediência ao princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário, a matéria poderia, sim, ser submetida à apreciação do Poder Judiciário, por meio de ação própria, jamais por meio de recurso. Nesse caso, o Poder Judiciário não poderia adentrar as questões de mérito que levaram o TCE/RJ a julgar irregulares as contas, mas tão somente verificar a existência de algum vício capaz de anular a decisão da corte de contas. Jamais poderia, também, modificar a decisão do TCE/RJ. Ou seja, o Poder Judiciário não pode se pronunciar quanto ao mérito das contas.

QUESITOS AVALIADOS

2.1

0 – Não identificou, ou identificou incorretamente, o tipo de decisão adotada pelo TCE/RJ no caso.

1 – Apenas identificou a decisão como definitiva, mas não justificou.

2 – Identificou a decisão como definitiva e apresentou correta justificativa.

2.2.1

0 – Não indicou nenhum recurso cabível.

1 – Indicou somente um recurso cabível e não justificou sua indicação.

2 – Indicou somente um recurso cabível e justificou sua indicação, ou indicou somente dois recursos cabíveis ou os três recursos cabíveis e não justificou sua indicação.

3 – Indicou somente dois recursos cabíveis e justificou sua indicação, ou indicou os três recursos cabíveis, mas justificou a indicação de apenas parte deles.

4 – Indicou os três recursos cabíveis (embargos de declaração, recurso de reconsideração e recurso de revisão) e justificou corretamente a indicação de todos.

2.2.2

0 – Não apresentou nenhum prazo recursal, ou apresentou incorretamente.

1 – Apresentou corretamente o prazo de apenas um recurso cabível.

2 – Apresentou corretamente os prazos de dois dos recursos cabíveis.

3 – Apresentou corretamente os prazos dos três recursos cabíveis.

2.2.3

0 – Não informou a forma de contagem de nenhum prazo recursal, ou informou incorretamente.

1 – Informou, de forma incompleta, a forma de contagem do prazo recursal.

2 – Informou, de forma correta e completa, a forma de contagem do prazo recursal.

2.2.4

0 – Não apresentou o efeito de nenhum recurso.

1 – Apresentou o efeito de apenas um recurso.

2 – Apresentou o efeito de apenas dois recursos.

3 – Apresentou os efeitos dos três recursos cabíveis (embargos de declaração e recurso de reconsideração = efeito suspensivo; recurso de revisão = sem efeito suspensivo).

2.3

0 – Não respondeu ou respondeu de forma errada.

1 – Limitou-se a responder que a matéria pode ser apreciada pelo Poder Judiciário, sem desenvolver a resposta.

2 – Respondeu que a matéria pode ser apreciada pelo Poder Judiciário, mas justificou sua resposta apenas com base no princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário.

3 – Respondeu que a matéria pode ser apreciada pelo Poder Judiciário e justificou sua resposta com base no princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, mas abordou, de forma incompleta, os limites da atuação do Poder Judiciário no caso.

4 – Respondeu que o Poder Judiciário pode apreciar a matéria por causa do princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário e abordou que, nessa hipótese, cabe-lhe somente verificar a existência de vícios capazes de anular a decisão, sem direito a se pronunciar quanto ao mérito das contas.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

Aplicação: 7/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

O contador terá que avaliar a necessidade de reconhecimento de uma provisão passiva para o caso em questão. Caso seja justificável o reconhecimento dessa provisão, os elementos das demonstrações contábeis que estarão envolvidos no registro serão os seguintes: DESPESA (e, conseqüentemente, o PATRIMÔNIO LÍQUIDO) e o PASSIVO.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), para que se possa reconhecer uma obrigação na forma de provisão, três condições precisam ser satisfeitas: (i) a entidade deve ter uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) deve ser provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) deve existir a possibilidade de ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A obrigação presente existe quando há evidências de que é mais provável ela existir do que não existir. No caso de processos judiciais, deve-se recorrer à opinião de peritos, que analisarão se a probabilidade de perda da ação é maior que 50%. Se for, será o caso de uma obrigação presente.

Evento passado é aquele capaz de criar obrigações, seja por imposição legal, seja pela criação de expectativas válidas em terceiros. No caso de processos judiciais, o evento passado pode vir do descumprimento de um contrato ou de uma ação contra a empresa em virtude de ela ter causado danos morais e materiais a terceiros.

A probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a operação estará presente quando um processo judicial determinar o pagamento de indenizações a terceiros. Na situação hipotética, não restam dúvidas de que a perda da ação resultará em saída de recursos financeiros para pagamento dessa indenização. A estimativa de valor pode ser feita a partir do montante que os advogados costumam estabelecer para cada causa ou com base em outras decisões judiciais tomadas para situações similares.

Assim, se todos esses elementos forem confirmados pelos peritos, a provisão será constituída, reconhecendo-se uma despesa e um passivo no mesmo valor que o estimado para a indenização a ser paga pela companhia aberta, caso esta venha a ser condenada em juízo.

Se a perda for possível (probabilidade menor do que 50%), haverá registro da situação hipotética em notas explicativas. Se a perda for remota, não haverá qualquer registro, nem mesmo em notas explicativas. Essa é a relação entre a probabilidade de ocorrência do desembolso e o tratamento contábil a ser dado ao processo judicial.

QUESITOS AVALIADOS

2.1

0 – Não fez menção a nenhum elemento patrimonial que pode ser objeto de reconhecimento nem apresentou qualquer outro procedimento contábil que possa vir a ser adotado pelo contador para evidenciar os riscos decorrentes da situação hipotética.

1 – Não fez menção a nenhum elemento patrimonial que pode ser objeto de reconhecimento, mas apresentou um procedimento contábil alternativo para lidar com a situação hipotética (por exemplo, registro em notas explicativas).

2 – Fez menção a apenas um elemento patrimonial que pode ser objeto de reconhecimento.

3 – Fez menção a dois elementos patrimoniais que podem ser objeto de reconhecimento, mas não destacou que um desses elementos tem impacto também no patrimônio líquido.

4 – Fez menção a dois elementos patrimoniais que podem ser objeto de reconhecimento e destacou que um deles também provocará impactos no patrimônio líquido.

2.2

0 – Não apresentou nenhuma condição a ser satisfeita para o reconhecimento dos referidos elementos nas demonstrações contábeis.

1 – Apresentou somente uma condição a ser satisfeita para o reconhecimento dos referidos elementos nas demonstrações contábeis.

2 – Apresentou duas condições a serem satisfeitas para o reconhecimento dos referidos elementos nas demonstrações contábeis.

3 – Apresentou as três condições a serem satisfeitas para o reconhecimento dos referidos elementos nas demonstrações contábeis, mas não estabeleceu relação com a situação hipotética.

4 – Apresentou as três condições a serem satisfeitas para o reconhecimento dos referidos elementos nas demonstrações contábeis e fez uma relação de cada uma dessas condições com a situação hipotética apresentada.

2.3

0 – Não comentou sobre a probabilidade de ocorrência de desembolso no futuro nem como isso pode influenciar o tratamento contábil a ser dado à situação apresentada.

1 – Comentou como a probabilidade de ocorrência de desembolso no futuro pode influenciar o tratamento contábil a ser dado, mas não especificou como cada situação (probabilidade remota, possível e provável) deve ser tratada pela contabilidade.

2 – Comentou como a probabilidade de ocorrência de desembolso no futuro pode influenciar o tratamento contábil a ser dado, mas especificou somente uma situação.

3 – Comentou como a probabilidade de ocorrência de desembolso no futuro pode influenciar o tratamento contábil a ser dado, mas especificou somente duas situações.

4 – Comentou como a probabilidade de ocorrência de desembolso no futuro pode influenciar o tratamento contábil a ser dado e especificou as três situações.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 3

Aplicação: 7/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros aos cofres públicos denominam-se receitas públicas. Serão orçamentários os ingressos de recursos que representem disponibilidade de recursos financeiros para o erário público, e serão extraorçamentários os que representem apenas entradas compensatórias, a serem devolvidas pelo Estado em momento posterior, como é o caso dos depósitos em caução, das fianças e das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Consideram-se receitas orçamentárias efetivas aquelas cujos ingressos de disponibilidade de recursos não tenham tido o reconhecimento de seu direito previamente registrado e que não constituam obrigações correspondentes. As receitas orçamentárias não efetivas são as que foram precedidas de registro do reconhecimento de seu direito ou que constituam obrigações correspondentes.

QUESITOS AVALIADOS

2.1

- 0 – Não expressou conhecimento do tema.
- 1 – Expressou conhecimento parcial do tema.
- 2 – Expressou conhecimento pleno do tema.

2.2

- 0 – Não expressou conhecimento do tema.
- 1 – Expressou conhecimento parcial do tema.
- 2 – Expressou conhecimento pleno do tema.

2.3

- 0 – Não expressou conhecimento do tema.
- 1 – Expressou conhecimento parcial de receita orçamentária efetiva ou de receita orçamentária não efetiva.
- 2 – Expressou conhecimento pleno apenas de receita orçamentária efetiva ou de receita orçamentária não efetiva.
- 3 – Expressou conhecimento pleno de ambos os conceitos.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVA DISCURSIVA – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA

Aplicação: 7/2/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Trata o presente parecer de auditoria contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público da unidade jurisdicionada YYY.

1 Introdução

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, e devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe tenham sido confiados. (cf. MCASP, 8.^a edição, p. 404)

2 Análise

Sobre as situações I e II, verificaram-se evidências de que o valor de determinado ativo gerador de caixa havia sofrido redução brusca, em razão de uma situação imprevisível, e que, apesar de um passivo contingente registrado em contas de controle ter mostrado que uma saída de recursos havia se tornado provável, esses valores ainda continuavam sendo divulgados em notas explicativas. Em ambas as situações, nem o referido ativo nem o referido passivo estavam adequadamente reconhecidos, mensurados e evidenciados.

3 Recomendações

Com relação à situação I, a equipe de auditoria deve recomendar que a perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa seja reconhecida imediatamente no resultado do período e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos geradores de caixa da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade. (cf. MCASP, 8.^a edição, p. 213)

Com relação à situação II, a equipe de auditoria deve recomendar que uma provisão seja reconhecida no passivo nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade do passivo contingente. Com a mudança de passivo contingente para provisão, devem ser divulgadas as seguintes informações em notas explicativas: (i) o valor contábil no início e no final do período; (ii) provisões complementares feitas no período; (iii) os montantes utilizados; (iv) as quantias não utilizadas revertidas durante o período; (v) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto. (cf. MCASP, 8.^a edição, p. 256)

QUESITOS AVALIADOS

2.1

- 0 – Não apresentou o conceito de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público nem seus propósitos.
- 1 – Apresentou apenas a definição ou apresentou apenas o propósito das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.
- 2 – Apresentou tanto o conceito como o propósito as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

2.2

- 0 – Não destacou nenhum dos problemas identificados no caso em apreço.
- 1 – Destacou apenas um dos problemas identificados no caso em apreço.
- 2 – Destacou os dois problemas identificados no caso em apreço.

2.3

2.3.1

0 – Não apresentou como deve ser reconhecida a perda por redução ao valor recuperável nem explicou com que propósito essa perda deve ser alocada quanto à situação I.

1 – Apresentou recomendação correta apenas sobre como deve ser reconhecida a perda por redução ao valor recuperável ou apenas explicou com que propósito essa perda deve ser alocada.

2 – Apresentou recomendações corretas sobre como deve ser reconhecida a perda por redução ao valor recuperável e explicou com que propósito essa perda deve ser alocada.

2.3.2

0 – Não apresentou o lançamento que deve ser efetuado e não apresentou nenhuma das informações que devem ser divulgadas em notas explicativas quanto à situação II.

1 – Apresentou o lançamento que deve ser efetuado ou apresentou pelo menos uma das informações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

2 – Apresentou o lançamento que deve ser efetuado e apresentou pelo menos duas das informações que devem ser divulgadas em notas explicativas.